

## PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM EM EAD

*Teaching-Learning Epistemological Paradigms in Distance Education*

*Los paradigmas epistemológicos de la enseñanza y el aprendizaje en la Educación a Distancia*

**Sâmmya Faria Adona**

Professora de Educação Física, mestranda em educação UERR-IFRR. sammya.adona@gmail.com

**Clarice Gonçalves Rodrigues Alves**

Universidade Estadual de Roraima – UERR. clarice.duarte@ifrr.edu.br

**Cláudio Travassos Delicato**

Doutor em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP-Marília.  
Professor Universidade Estadual de Roraima – UERR. claudiotravassosdelicato@bol.com.br

## RESUMO

A Educação a Distância – EaD – começou com cartas, mas com o avanço do mundo moderno a tecnologia tornou-se indispensável. Nesse diapasão, este artigo destaca o pensamento de alguns autores, baseado em livros e artigos científicos, que fundamentam esta mudança diante de técnicas utilizadas em um processo de análise qualitativa. É inegável que existem aqueles que são nativos nesse mundo virtual e cresceram envoltos da tecnologia. Contudo, também existem pessoas que mesmo percebendo o declínio do uso de cartas, não acompanharam o desenvolvimento tecnológico. Assim, o artigo objetiva analisar os paradigmas epistemológicos do ensino-aprendizagem em EaD considerando que é primordial que toda Instituição de ensino que oferece EaD tenha em seu projeto educacional a garantia de qualidade na educação, que deve ser oferecida independentemente dos conhecimentos tecnológicos que o aluno disponha no momento em que inicia um curso.

**Palavras-chave:** Educação. Tecnologia. Manuseio. Dificuldade. Qualidade.

## ABSTRACT

Distance Education started with letters, but within the modern world, technology has become indispensable. Thus, the following paper highlights the thoughts of some authors, based on books and scientific articles that point out such change in techniques used in a qualitative analysis process. It is undeniable that there are those who are native in this virtual world and who grew up immersed in technology. However, there are also people who even realizing the decline of mailing letters, did not keep up with the technology development. Therefore, this paper aims to analyze the teaching-learning epistemological paradigms in distance education considering that it is essential that every education institution that offers distance education have in its educational project an education quality assurance, which should be offered regardless of students' technological knowledge when initiating a course.

**Keywords:** Education. Technology. Handling. Difficulty. Quality.

## RESUMEN

La Educación a Distancia - Educación a Distancia - comenzó con las letras pero con el avance de la tecnología mundo moderno se ha convertido en indispensable. En este orden de ideas, este artículo pone de relieve el pensamiento de algunos autores, basada en los libros y artículos científicos que apoyan este cambio en las técnicas utilizadas en un proceso de análisis cualitativo. Es innegable que hay quienes son nativos en este mundo virtual y creció la tecnología envuelta. Sin embargo, también hay personas que han visto las letras se desvanecieron con el paso del tiempo, y muchos no seguir el desarrollo tecnológico. Por lo tanto, el artículo tiene como objetivo analizar los paradigmas epistemológicos de la enseñanza y el aprendizaje en la educación a distancia que es esencial que cada institución educativa que ofrece la educación a distancia tiene en su educación de aseguramiento de la calidad del proyecto en la educación, que deberían ofrecerse independientemente de los conocimientos tecnológicos que el estudiante disponible en el momento que comienza un curso.

**Palabras-clave:** Educación. Tecnología. Manipulación. Dificultad. Calidad.

## INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica no âmbito da educação não foi seguida por todos os usuários da Educação a Distância (EaD). Presenciamos no cotidiano das instituições de ensino problemas operacionais básicos, oriundos da inobservância dos estudantes que atuam nesta modalidade. Assim como existem sujeitos acostumados ao universo tecnológico, existem aqueles que não dispõem de conhecimentos prévios e mal sabem acessar a internet, por exemplo. Estas contradições devem ser observadas pelas instituições de educação à distância, a fim de garantir um ensino que, efetivamente os provoque e transforme.

Este trabalho traça uma breve definição legal sobre a educação à distância, verificando a evolução conceitual acerca das ferramentas intermediadoras no processo educacional e questionando os sujeitos envolvidos nesta modalidade educativa. A partir de reflexões vivenciadas na experiência docente, pretende-se relacionar os avanços tecnológicos com a educação, as chamadas Novas Tecnologias de Informação e Conhecimento – NTIC e demonstrar seus benefícios; principalmente, em virtude do dinamismo e da disseminação do conhecimento que acarreta.

Ao tratarmos de EaD, é preciso perceber diferentes públicos, ou seja, tanto as pessoas que cresceram em sintonia com essas tecnologias quanto outras que não tiveram a oportunidade de acompanhar harmoniosamente o desenvolvimento tecnológico. É necessário que o uso destas ferramentas também seja ensinado e difundido; porém, devemos compreender como estão sendo internalizadas e utilizadas nas atividades de ensino-aprendizagem.

Valendo-se de aportes teóricos de autores como Cortelazzo (2013), Brito (2011) e Morin (2011), vamos ao encontro de respostas e orientações sobre como as ferramentas tecnológicas podem contribuir no processo educativo dos estudantes da EaD. Assim, serão analisadas as dimensões dos professores, dos alunos e das instituições de ensino nos usos e na aplicabilidade desta modalidade que cresce gradativamente em nosso país.

O artigo finaliza sugerindo algumas soluções, destacando que estas devem ter como fundamento a realidade de cada Instituição. A postura a ser adotada deve constar, de forma expressa, em documentos formais da Instituição, como no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para que o processo educativo da EaD conste de regulamentação necessária e não de improvisações que acumulem uma imagem negativa junto aos estudantes e comunidade em geral.

## METODOLOGIA

Este trabalho tem como critério de realização de estudo uma revisão bibliográfica que destaca o pensamento de alguns autores, baseado em livros e artigos científicos, que abordam o papel das instituições de ensino que atuam no EaD. O processo de análise do conteúdo disposto trata das técnicas utilizadas que determinam um caminho para uma abordagem qualitativa e reitera a importância tanto da instrumentalização de docentes e discentes para o uso das tecnologias, bem como do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), necessário para organizar, planejar e garantir a qualidade educacional das instituições de ensino, instrumento este que deve expressar as diretrizes acerca da EaD junto à comunidade escolar. A partir de análises oriundas da experiência docente, pretende-se relacionar os avanços tecnológicos com a educação, as chamadas novas tecnologias de informação e conhecimento (NTIC) e demonstrar seus benefícios, em virtude do dinamismo e da disseminação do conhecimento que eles acarretam. Para tanto, realizou-se uma pesquisa que aponta transformações históricas da EAD, que revela suas leis e diretrizes e aponta algumas problemáticas e soluções que caminhem para sua qualidade.

## RESULTADOS

A escola contemporânea, as ferramentas tecnológicas e as expectativas dos diferentes sujeitos da educação apontam novos desafios, questionamentos e, sobretudo, posturas e reflexões mais intensas acerca da função social da escola, do tipo de saber processado e dos métodos educativos, pois:

Neste quadro de mudanças na sociedade e no campo da educação, já não se pode considerar a educação a distância (EaD) apenas como um meio de superar problemas emergenciais (como parece ser o caso da LDB brasileira), ou de consertar alguns fracassos dos sistemas educacionais em dado momento de sua história (como foi o caso de muitas experiências em países grandes e pobres, inclusive o Brasil, nos anos 70. (BELLONI, 2003, p.26)

O discurso educativo já concebe o aluno como centro do processo e não mais os professores nem a escola, fato este que favorece a compreensão que se deve formar o aluno de forma integral, para que seja crítico, ativo e participativo na sociedade. Mas o que é necessário para ofertar uma educação condizente com as necessidades sociais e laborais dos estudantes? De que tipo de alunos falamos neste mundo complexo e difuso? E, no caso específico do EaD, quais as características deste estudante? O que diferencia esta educação e quais são seus parâmetros?

Diversas são as concepções atribuídas sobre o que seria a educação à distância. Cada autor que define esta modalidade de ensino acrescenta alguma nuance que considera mais pertinente. Tendo em vista a busca por uma melhor organização e formalização do EaD no Brasil, algumas normas foram editadas pelo Governo Federal nesse intuito. Assim, logo no artigo 1º do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, firmou-se a seguinte definição:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

Esse Decreto foi editado para regulamentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu art. 8º determinava que o Poder Público deveria incentivar “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Percebe-se que, quando ocorreu a regulamentação da educação a distância, a associação da mediação didático-pedagógica com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação foi imediata. Este fato acompanhou o contexto social e educativo vigente, pois em 2005, ano da publicação do Decreto nº 5.622, o mundo já vivia uma intensa relação com a tecnologia.

No entanto, é importante frisar que a educação a distância surgiu de uma maneira que pode até ser considerada arcaica para muitos: por correspondência. Cortelazzo (2013) realizou uma pesquisa sobre a história do EaD e constatou, citando B. H. Chaney, que em meados do século XIX já haviam registros do que se considerou ensino a distância. A autora relata que:

(...) segundo Chaney (2006, p. 12), o ensino por correspondência começou na Alemanha com dois professores, Charles Toussaint (francês) e Gustav Langenscheidt (alemão), que estabeleceram uma escola de línguas em Berlim. (CORTELAZZO, 2013, p. 36).

Desde os seus primórdios, a educação a distância já demonstrava a sua essência, que é o ensino com a utilização de ferramentas intermediadoras para que os estudantes tivessem acesso ao conhecimento. Esses meios têm se desenvolvido constantemente, uma vez que o processo educativo acompa-

na os processos sociais, culturais, e materiais da humanidade.

O exemplo das cartas destaca a evolução que a EaD percorreu até chegar ao momento presente. Se fizermos uma comparação temporal, poderíamos, superficialmente, concluir que os métodos antigos eram obsoletos e não dispunham da dinâmica necessária para agilizar o processo de aprendizagem. Cabe questionar se podemos mensurar nossos resultados com o uso de ferramentas tecnológicas. Será que, se os estudantes que viveram o mundo as cartas apreenderam os conhecimentos prévios necessários ao EaD no modelo atual? Certamente, quando falamos de seres humanos, não há consenso, portanto, ressaltamos que devemos compreender estes sujeitos, sua realidade e suas diferentes capacidades de assimilação neste ambiente informacional. Morin (2011) evidencia que:

O progresso não é mais concebido como uma espécie de ganho permanente do melhor. A questão é a seguinte: o que se perde quando se ganha um progresso, um progresso técnico, um progresso material, um progresso urbanístico? Trata-se de um problema atual em nossa crise de civilização (MORIN, 2011, p. 36).

Neste sentido, a tecnologia deve ser repensada, e mecanismos devem ser criados para que a tecnologia contribua para o aprendizado dos estudantes e não gerando incômodos, traumas e transtornos, mas sim inseri-los e integrá-los ao universo tecnológico.

É preciso ter em mente que ainda não chegamos em um estágio tão avançado de desenvolvimento educacional quando tratamos da tecnologia disponível e que, nem todos os partícipes do processo compreendem a EaD. Rodrigues Junior (2007), em sua dissertação de mestrado, pontua:

A incorporação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) pelo meio educacional se apresenta ainda incompleta e, muitas vezes, ocorre de forma distorcida ou mal aproveitada. A utilização do potencial pleno destes recursos continua sendo uma meta a ser alcançada pelas instituições de ensino (RODRIGUES JUNIOR, 2007, p. 31).

A melhoria das ferramentas intermediadoras da educação é um fato inegável. As novas tecnologias têm contribuído significativamente para o aprimoramento da educação a distância. Villardi e Oliveira (2005) destacam os usos das NTIC:

As NTIC trouxeram influxos importantes aos processos de Educação a Distância, ao abrirem possibilidades até então impensáveis de comunicação entre sujeitos separados no espaço, o que permitiu libertar a Educação a Distância da perspectiva marcadamente instrucional e informativa que tinha até mesmo depois do advento da TV e do vídeo, à medida que o trânsito do saber se dava sempre de mão única, e as possibilidades dialógicas dependiam de outros meios comunicacionais (VILLARDI & OLIVEIRA, 2005, p. 54).

No contexto educacional, os processos dialógicos devem ser analisados com mais profundidade. Deve-se investigar, na prática, como está ocorrendo a interação entre docente, discente e as ferramentas tecnológicas, para que não exista falha na informação ou em alguma das etapas deste processo de ensino-aprendizagem. Para termos real noção do impacto dessas tecnologias na área educacional é importante que se entenda em que aspectos elas se relacionam. Kenski (2008) expôs essa relação entre a tecnologia e a educação da seguinte maneira:

A maioria das tecnologias é utilizada como auxiliar no processo educativo. Não são nem o objeto, nem a sua substância, nem a sua finalidade. Elas estão presentes em todos os momentos do processo pedagógico, desde o planejamento das disciplinas, a elaboração da proposta curricular até a certificação dos alunos que concluíram um curso. A presença de uma determinada tecnologia pode induzir profundas mudanças na maneira de organizar o ensino. (KENSKI, 2008, p. 44).

A autora nos leva a refletir que a tecnologia está intrinsecamente relacionada à educação. Se analisarmos sob um prisma direto ou indireto podemos concluir que isso é verdade. Se é assim, o é para todos os atores envolvidos, ou seja, docentes, discentes e instituições de ensino. O bom andamento do processo educacional requer que tanto os educadores quanto os aprendizes tenham pleno conhecimento sobre todos os meios tecnológicos relacionados ao processo de ensino. Em princípio, a tarefa não seria tão árdua, visto que a medida que vamos lidando com as ferramentas passamos a ter domínio natural sobre elas. Porém, como cada sujeito vem de épocas diferentes, de um contexto social distinto e tem níveis distintos de conhecimento prévio, é necessário observar tais diferenças. Kenski (2008) assim frisou essa relação:

Uma vez assimilada a informação sobre a inovação, nem a consideramos mais como tecnologia. Ela se incorpora ao nosso universo de conhecimento e habilidades e fazemos uso dela na medida de nossas possibilidades e necessidades. McLuhan, o grande teórico da comunicação, já dizia. Nos anos 1970, que as tecnologias se tornam invisíveis à medida que se tornam mais familiares. (KENSKI, 2008, p. 44).

E como percebemos esta facilidade de acesso no contexto escolar? Neste ínterim, inúmeros jovens tiveram sua iniciação no mundo tecnológico ainda na infância. Essa era uma tendência mundial e qualquer medida de inclusão digital, seja no âmbito público como no privado, tornou-se quase uma obrigação para todos, fato que permanece e tende a crescer. Podemos citar, por exemplo, que não causa espanto a ninguém ver uma criança de quatro anos manuseando um *tablet* sem dificuldade alguma.

Para a educação a distância, o desenvolvimento tecnológico e o acesso às mídias eletrônicas teve um desdobramento muito favorável, visto que, basicamente todos os exemplos desta modalidade se desenvolvem com a utilização de computadores ligados à internet. Mas apesar de inúmeras plataformas serem criadas para atender as peculiaridades de cada Instituição, o material impresso ainda é bastante utilizado. Em 2010 a Associação Brasileira de Educação a Distância realizou um censo e este culminou com um Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil que aponta:

A mídia mais utilizada para cursos a distância ainda é o material impresso: 87,3% das instituições o utilizam, seguido pelo e-learning (71,5%) e pelo vídeo (51,7%). Ao contrário do que se poderia esperar, até mesmo as instituições que possuem grande número de alunos em polos educacionais utilizam com grande frequência a mídia impressa. Ela é usada por 91% das instituições que possuem polos e por 82% das que têm unidade única. Detalhe relevante é que estas que utilizam polos e mídias impressas educam 93% de todos os alunos das instituições que responderam a essa questão. Apesar disso, pode-se notar que também são as instituições que possuem polos as grandes responsáveis pela impulsão das novas tecnologias, pois elas são 74,5% das instituições da amostra e educam 77% dos alunos. Nota-se, portanto, uma convivência pacífica entre mídias demandantes de tecnologia e as tradicionais impressas. (CENSOEAD.BR, 2010, p.12)

Grande parte dos usuários dos programas de educação a distância ultrapassam o primeiro degrau de acesso às ferramentas tecnológicas sem dificuldades, que é o uso da ferramenta em si. Por outro lado, essas inovações não são facilmente incorporadas ao universo de conhecimento e de habilidades por muitos alunos. Mas isso é possível pelo fato de alguns terem a oportunidade de interagir desde cedo com essas “novidades” e outros não. No exemplo dado anteriormente, sobre a criança de quatro anos manuseando um *tablet*, também não causaria estranheza se os pais desta criança tivessem certa estranheza com certos tipos de equipamentos tecnológicos. Este tipo de conceito, muitas vezes, advém dos próprios usuários que preferem manter distância dessas “invenções modernas”. Rodrigues Junior (2007) muito bem assim salientou:

A ampliação da capacidade comunicativa dos indivíduos envolvidos, que agora extrapola a fronteira do espaço e do tempo, esbarra na resistência e nas dificuldades oriundas da assimilação das novas tecnologias da informação. Para um significativo contingente de pessoas, pelos mais diversificados motivos, o manuseio do computador ainda é uma tarefa de difícil domínio (RODRIGUES JUNIOR, 2007, p. 35).

Na citação acima, o autor externou uma preocupação válida quando tratamos de educação a distância. No entanto, existem aqueles que, mesmo não tendo acompanhado os avanços ocorridos nos últimos anos, se aventuram neste novo mundo. Percebe-se um número grande de adultos entre trinta e sessenta anos que buscam na EaD o meio de para capacitarem-se e para inserirem-se no mercado de trabalho. Existindo tal demanda de qualificação profissional, compete aos educadores e às instituições perceberem as diferenças e dicotomias existentes no público com quem trabalham. Brito (2011) nos chama atenção para a maneira com que as inovações tecnológicas devem ser apresentadas no processo educacional:

(...) o simples uso das tecnologias educacionais não implica a eficiência do processo ensino-aprendizagem nem uma “inovação” ou “renovação” deste, principalmente se a forma desse uso se limitar a tentativas de introdução da novidade, sem o compromisso do professor que a utiliza com a inteligência de quem aprende (BRITO, 2011, p. 38).

A preocupação de Brito quanto ao uso das tecnologias é perceptível, pois sem o compromisso e a interação o processo de ensino-aprendizagem pode ser falho ou inexistente. É fundamental perceber que uma determinada ferramenta pode ser entendida de maneira tranquila por alguns e não para outros e que o professor deve ter compromisso e observar as características, capacidades e limitações iniciais de seus alunos. A sensibilidade do instrutor com relação ao aprendizado do aluno deve iniciar pelo primeiro degrau da educação a distância: o correto manuseio das ferramentas de intermediação. Kenski (2008) assim explica essa primeira etapa:

Podemos também ver a relação entre educação e tecnologias de um outro ângulo, o da socialização da inovação. Para ser assumida e utilizada pelas demais pessoas, além do seu criador, a nova descoberta precisa ser ensinada. A forma de utilização de alguma inovação, seja ela um tipo novo de processo, produto, serviço ou comportamento, precisa ser informada e aprendida (KENSKI, 2008, p. 43).

Nota-se que antes de iniciarmos todo o desenvolvimento do conteúdo a ser repassado a distância, é necessário ensinar como a pessoa irá aprender. Caso isso não seja feito de maneira satisfatória todo o curso será prejudicado. É possível que se tenha estruturado uma excelente plataforma informatizada de aprendizagem com métodos de ensino que deveriam ter facilmente assimiláveis pelo aluno, mas se este não souber dialogar com o conteúdo de maneira plena, o desestímulo tomará conta e impedirá que a aprendizagem seja plena.

Todos nós sabemos que a simples divulgação de um produto novo pelos meios publicitários não mostra como o usuário deve fazer para utilizar plenamente seus recursos. Um computador, por exemplo. Não basta adquirir a máquina, é preciso aprender a utilizá-la, a descobrir as melhores maneiras de obter da máquina auxílio nas necessidades de seu usuário. É preciso buscar informações, realizar cursos, pedir ajuda aos mais experientes, enfim, utilizar os mais diferentes meios para aprender a se relacionar com a inovação e ir além, começar a criar novas formas de uso e, daí, gerar outras utilizações (KENSKI, 2008, p. 43).

A inobservância deste aspecto refletirá diretamente na qualidade de todo o processo de aprendiza-

gem. Além disso, o professor poderia se frustrar por, aparentemente, não conduzir o aluno ao entendimento do conteúdo repassado. E, por fim, a Instituição não veria os resultados planejados quando da estruturação do curso. Neste contexto, o aluno não atingiria os objetivos almejados quando ingressou em determinado curso e, provavelmente, questionará a qualidade da Instituição. Certamente, falar sobre o conceito de qualidade na educação abre um leque gigantesco de vários aspectos a serem discutidos. Vasconcellos (2008) alerta sobre a dificuldade para obter essa resposta e esclarece algumas das ponderações a serem feitas:

Refletir sobre a qualidade da educação é uma tarefa apaixonante, mas extremamente desafiadora dada a relevância e a complexidade envolvida. Implica desde o conceito de qualidade (existiria uma essência da qualidade?), até a questão política (a quem, de fato, interessa um ensino de qualidade?), passando por questões como o grau de percepção da sociedade e dos professores em relação ao problema da baixa qualidade, os vícios —ingênuos ou ideológicos— de culpabilizar (busca de bodes expiatórios) e, sobretudo, os caminhos para se conseguir uma melhor qualidade da educação em nossas instituições de ensino. (VASCONCELLOS, 2008, p. 01).

O entrave da falta de habilidade na utilização de certas ferramentas informatizadas não ocorre apenas por uma questão técnica formal, também perpassa fatores sociais, culturais e econômicos e chega na apreensão do conhecimento pelos estudantes. Dada a importância, tanto da disseminação do conhecimento quanto da aparente irreversibilidade do uso das inovações tecnológicas no dia a dia, torna-se uma questão também de responsabilidade social perante o indivíduo.

Algo que podemos abstrair é que a educação a distância não depende exclusivamente de um personagem. É preciso que exista um esforço conjunto entre professor, aluno e Instituição. Partindo do pressuposto que a Instituição possui um bom portfólio de ensino-aprendizagem, é necessário que constantemente todos os atores sejam avaliados e que o aspecto da apreensão do conhecimento e dos usos da tecnologia sejam avaliados, mensurados e discutidos coletivamente. A metodologia de ensino também deve ser analisada. Por exemplo, se um aluno tem dificuldades na utilização das ferramentas disponibilizadas quem deve intervir? O aluno deve informar o professor e a Instituição sobre sua deficiência? O professor tem a obrigação de perceber a dificuldade do aluno e submeter a situação para a Instituição ou ele mesmo tentar resolver? A Instituição deve ter em seu planejamento instrumentos que antecipem e contenha diretrizes de como proceder?

A resposta caminha para um envolvimento de todos os partícipes no processo, para que construam soluções conjuntas, afinal, o processo educativo é uma construção coletiva! Ao interagirem no processo decisório e na construção de soluções, os estudantes teriam mais autonomia e interesse; os professores teriam maior satisfação pelo seu trabalho; e a Instituição teria maior reconhecimento junto à sociedade. Sendo assim, é de suma importância que o aluno tenha iniciativa de informar suas deficiências, mas ocorre que, em geral, o aluno participa apenas de um curso e nem sempre tem iniciativa para falar certas coisas. Quanto ao professor, é essencial que este possua capacitação adequada para perceber quaisquer interferências no processo de educação do aluno. Embora tenha mais experiência e com a responsabilidade direta de acompanhamento do aluno, por vezes esse está no início de sua carreira e ainda não possui todas as habilidades plenamente desenvolvidas. Assim, ressaltamos que a responsabilidade maior na garantia de um processo educativo efetivo deve ser exercida pelas instituições de ensino.

Quando uma Instituição decide trabalhar na área educacional, em especial na educação à distância, presume-se que reúne profissionais em seu corpo administrativo que tenham experiência e vontade de executar tais propostas. Espera-se que tenha capacidade de traçar planos, diretrizes e orientações justamente para lidar com as mais variadas possibilidades; deve somar experiências e saberes coletivos

capazes de solucionar suas próprias debilidades e propor recursos a partir de seu contexto. Desta forma, uma Instituição que demonstre segurança em suas ações educacionais, deve apresentar em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) uma organização didático-pedagógica que lhe permita pontuar diversos fatores e, no caso, diretrizes específicas a respeito da EaD.

O PDI, segundo definição trazida do sítio eletrônico do Ministério da Educação e Cultura – MEC, “diz respeito à (...) filosofia de trabalho [da Instituição], à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver”. O ideal é que, desde sua implementação, e pelos anos seguintes a instituição já apresente a sua expertise para a solução dos problemas e obstáculos que surgirão. Outros documentos formais, tais como: o Projeto Pedagógico Institucional, Perfil do Corpo Docente e Políticas de Atendimento aos Discentes, todos temáticos essenciais do PDI, devem delinear sobre a postura da Instituição diante dessas questões.

As medidas efetivas a serem adotadas podem variar a cada momento, uma vez que o PDI não é uma norma imposta e sim um plano que servirá de orientação, mas que deve ser reformulado de acordo com os propósitos de cada instituição. Pode ser estabelecida uma sistemática constante de verificação sobre os motivos que possam estar interferindo nos resultados satisfatórios ou não apresentados pelos alunos, permitindo que a instituição faça um melhor acompanhamento; pode ser criado um padrão sistêmico que informe automaticamente uma eventual dificuldade de manuseio da plataforma informatizada com base em critérios objetivos de utilização da mesma com a possibilidade da oferta de um curso independente de informática básica para os alunos com dificuldades.

Exemplos e soluções práticas podem ser elaborados das mais variadas formas. Tudo dependerá da realidade de cada Instituição. Como o próprio MEC orienta, em que pese determinados documentos serem de apresentação obrigatória, “construção do PDI deverá se fazer de forma livre, para que a Instituição exercite sua criatividade e liberdade, no processo de sua elaboração”. O importante é que, independentemente dos princípios com que a Instituição irá trabalhar, ela deve ter sempre em mente que a qualidade na educação deve ser sempre respeitada. A Secretaria de Educação a Distância, órgão vinculado ao MEC, já dispunha em seu Relatório de Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância que:

Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA (MEC, 2007).

A importância de que a Instituição preveja em seu PDI a postura que terá diante de situações adversas no processo de ensino-aprendizagem é reforçada pelo MEC quando, no mesmo relatório citada há pouco, é firmado o entendimento de que:

[...] embora a modalidade a distância possua características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infraestrutura e pedagógicos condizentes, essas características só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa.

Disto decorre que um projeto de curso superior a distância precisa de forte compromisso institucional em termos de garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão (MEC, 2007).

Diante disso, com o esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo educacional, é que será possível chegar próximo da excelência na qualidade da educação. Obviamente este caminho



nunca terá um destino certo e final, visto que a todo o momento a sociedade muda, está em constante movimento. A questão é sempre buscar acompanhar as transições e garantir que ela nunca irá estagnar, pois o ciclo dessas mudanças é movido justamente pela educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gradativamente as escolas estão integrando a tecnologia no processo educacional com o intuito de agilizar e dinamizar a relação entre o professor, o aluno e o conhecimento. Mesmo com o avanço da EaD percebe-se a falta da instrumentalização teórica e metodológica dos envolvidos nesta modalidade e a ausência do domínio das ferramentas de mediação pelos partícipes. Tais circunstâncias corroboraram para a existência de dois grupos de alunos que procuram a EaD como forma de se capacitarem:

- aqueles que estão ali para aprender e assimilar todo o conteúdo explicado durante o curso;
- aqueles que até mesmo para iniciarem os seus estudos, necessitam aprender como utilizar as ferramentas que serão colocadas à sua disposição.

As diferenças de habilidades e de conhecimentos das inovações tecnológicas por parte dos alunos precisam ser acompanhadas. Assim compele as instituições que trabalham com a modalidade de educação a distância um preparo maior para lidar com situações, a fim de minimizar estas dicotomias e de garantir o principal: um ensino de qualidade para todos os alunos. Esta cobrança parte, inclusive, das orientações normativas do Ministério da Educação que todas as instituições devem seguir para que sejam autorizadas a exercer suas atividades. Desde a estruturação do seu PDI – e das discussões, formulações e reformulações inerentes ao seu processo de construção – até o enfrentamento das situações concretas que vão surgindo, as Instituições devem estar atentas às mudanças que ocorrem na sociedade. É preciso olhar a totalidade, perceber as contradições e complexidades presentes no contexto escolar: a estrutura física, a qualificação dos professores, a pertinência do conteúdo ministrado, o acompanhamento dos resultados da educação prestada e a verificação dos pontos positivos e negativos das atividades, com vistas a melhorar o que for necessário. Fomentar o debate dos conceitos teóricos e práticos adotados pelas instituições é primordial. Devemos ressaltar a necessidade de planejar ações, de construir um PDI que contemple as especificidades das diversas modalidades de ensino; e, além de planejar, executá-las adequadamente.

O processo educacional sempre estará em constante movimento, acompanhando os anseios da sociedade e, portanto, o debate deve ser constante. Reiteramos a necessidade de repensar os usos da tecnologia e de ter a sensibilidade em perceber como e o quanto os sujeitos estão em consonância com tais. Particularidades que fazem a diferença na apreensão do conhecimento pelos estudantes. Percebemos que a qualidade de ensino no EaD é responsabilidade de discentes, docentes e das instituições, porém, as instituições são as maiores responsáveis em prever como executar ações que primem por uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BELLONI, M.L. (2003). **Educação a Distância**. 3 ed. Campinas: Editores Associados, 2003.

BRASIL. **Decreto Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf). Acesso em 25 de maio de 2016.

BRITO, G. da S.. **Educação e novas tecnologias: um (re)pensar**. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **CensoEAD.BR – Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil** - São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CORTELAZZO, I. B. de C. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em Educação a Distância**. 3 ed. Revista e Atualizada. Curitiba: IBPEX, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional: Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006**. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em 25 de maio de 2016.

KENSKI, V.M. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. 3 ed. Campinas: Papirus, 2008.

MORIN, E. **Rumo ao abismo: ensaio sobre o destino da humanidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

RODRIGUES JUNIOR, J. C. B. **Educação a Distância para Terceira Idade: possibilidades e caminhos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Artigo do Programa O Desafio da Qualidade da Educação**, 2008. Disponível em: [http://www.celsovasconcellos.com.br/Download/CSV-Desafio\\_da\\_Qualidade.pdf](http://www.celsovasconcellos.com.br/Download/CSV-Desafio_da_Qualidade.pdf). Acesso em 25 de maio de 2016.

VILLARDI, R. & OLIVEIRA, E. S. G. **Tecnologia na Educação. Uma perspectiva sócio-interacionista**. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.